

DETERMINAÇÃO DO RESULTADO DE UMA EMPRESA

Natan Szuster *
Paulo Roberto Gonçalves **

1. INTRODUÇÃO

1.1 - Objetivo do Trabalho

Os valores de lucro/prejuízo devem ser calculados de acordo com os objetivos específicos. Neste trabalho aborda-se sua quantificação visando avaliar o retorno de investimentos realizados por acionistas controladores e a gestão de recursos atribuídos a administradores. Este estudo foi desenvolvido para propiciar subsídios para análises de decisões internas, não se relacionando com conceitos fiscais.

1.2 - Conceituação do Lucro

A definição de conceitos fundamentais como os de Lucro, Capital e Avaliação Empresarial tem que ser discutida de forma conjunta. Um referencial para a definição desses elementos está no conceito de Lucro desenvolvido pelo economista inglês John R. Hicks: *Lucro é a quantia máxima que a empresa pode distribuir em um período, estando, ao final deste, tão bem quanto em seu início.*

A determinação do Lucro é efetuada através da comparação entre os Patrimônios Líquidos iniciais e finais excluindo os aumentos de capitais e os pagamentos de dividendos (qualquer outra variação do Patrimônio Líquido não vinculada à atividade deve ser analisada de forma individual). O lucro é assim considerado um resíduo, obtido após a manutenção do capital, isto é, a quantia que pode ser retirada da empresa sem reduzir o patrimônio líquido em relação ao início do período. De forma sintética, lucro é a diferença entre o capital aplicado e o retornado.

1.3 - Aspectos Referentes a Determinação do Lucro

Moeda - A comparação entre os dois Patrimônios Líquidos tem que ser efetuada com base em uma unidade monetária de capacidade equivalente e preferencialmente na moeda da data do cálculo.

Enfoque - O Patrimônio Líquido deve ser enfocado através do conceito de *Ativo Líquido* correspondendo a diferença entre a avaliação do Ativo e do Passivo.

Conteúdo - Os valores do Ativo e do Passivo devem ser obtidos através de práticas contábeis corretas e da adequada aplicação dos Princípios Contábeis. Devem estar incluídos nas contas todos os fatos econômicos relativos a empresa devidamente classificados. De forma ideal os valores devem ser auditados.

Periodicidade - O momento da realização do cálculo deve ser adequado à empresa considerando seu ciclo de atividade. Não é obrigatório que o período base seja anual. A periodicidade deve visar contribuir para que a empresa maximize o lucro a longo prazo.

2. ABORDAGEM PARA A APURAÇÃO DO LUCRO

Para realizar este cálculo é fundamental analisar os conceitos de Ativos e Passivos a serem empregados. Esta definição deve considerar a divisão dos Ativos e Passivos em Monetários e Não Monetários. Os itens monetários devem estar a Valor Atual da data. Os Passivos Não Monetários de forma geral, devem estar avaliados com base no custo corrente dos insumos necessários para o atendimento do objeto do adiantamento.

Os Ativos Não Monetários devem ser analisados de forma individualizada e específica. De forma básica, quatro métodos são passíveis de aplicação. As duas primeiras se enquadram na abordagem de valores de Saída e as demais correspondem a Valores de Entrada. As diversas conceituações podem ser utilizadas de forma combinada para tipos diferentes de Ativos, considerando os objetivos da determinação do lucro.

O objetivo é que a avaliação represente a melhor quantificação possível dos potenciais dos benefícios futuros de caixa que o Ativo pode gerar para a empresa.

2.1 - Valores de Saída

2.1.1 - Fluxo Futuro de Caixa Descontado

Este método corresponderia a avaliação econômica da empresa, onde os ativos são avaliados de forma conjunta considerando o agregado dos potenciais de fluxos de caixa futuros decorrentes de sua utilização. O valor é obtido através do montante dos preços futuros de mercado dos fluxos de serviços a serem obtidos descontados pela probabilidade de ocorrência e pelo fator juros, a seus valores atuais.

A empresa é vista em conjunto como um negócio. Se por algum motivo um determinado Ativo não tiver sido incluído no cálculo anterior, deve ser adicionado considerando o seu valor líquido de realização.

A grande vantagem deste conceito é abranger, de forma implícita os Ativos Intangíveis.

A aplicação deste método é difícil, em virtude da subjetividade da taxa de juros e também da análise do risco de receber os valores previstos.

Este método pode ser complementado, ou em algumas hipóteses substituído, por uma avaliação, relativa ao preço de Mercado da empresa. Nesta alternativa pode se considerar a proposta de um potencial comprador ou a aplicação de um critério técnico de determinação de valor.

2.1.2 - Valor Líquido de Realização

Neste método, os ativos são avaliados individualmente aos preços correntes de venda na data, considerando um mercado *organizado* em uma liquidação ordenada e admitindo a capacidade de liquidez. O valor a ser obtido no mercado é deduzido dos custos e despesas adicionais de venda.

Este conceito possui uma limitação, pois determinados ativos não devem ser incluídos porque somente têm valor para a empresa. Neste caso deve ser aplicado o custo corrente de reposição para tais ativos.

2.1.3 - Conclusões sobre o Valor de Saída

O montante obtido nos dois métodos devem ser comparados. Se o Valor Líquido de Realização for superior aos Fluxos Futuros de Caixa é indicado que é mais vantajoso financeiramente liquidar a empresa.

Nesta hipótese os Passivos devem incluir os gastos decorrentes de efetuar a liquidação da empresa.

As formas baseadas nos valores de saída, além da subjetividade, tem a limitação de retratar um momento específico, sendo influenciados pelos efeitos conjunturais. Em curto prazo os cenários diferenciados podem alterar a avaliação (por exemplo, na situação atual brasileira os valores médios de realização tendem estar reduzidos).

2.2 - Valores de Entrada

2.2.1 - Custo Corrente de Reposição

Neste método, os Ativos são avaliados pelo seu valor de mercado de Entrada que corresponde ao seu valor corrente de reposição na data.

2.2.2 - Custo Histórico Corrigido

Neste método, a atualização do Custo de aquisição é feita por um indicador que reflete a variação do poder aquisitivo médio da moeda.

2.3 - Conceitos de Manutenção do Capital

O valor apurado do Ativo Líquido (Capital) na data atual deve ser comparado com o respectivo valor inicial para verificar a manutenção do capital e determinar a parcela excedente (Resultado).

De forma conceitual existem duas correntes em relação ao conceito de Manutenção do Capital, ou seja, Capital Monetário ou Financeiro e de Capital Físico ou Operacional.

2.3.1 - Manutenção do Capital Monetário ou Financeiro

Este conceito considera o total do valor financeiro investido (ou entregue ao gestor) sem levar em conta a forma e a qualidade dos ativos utilizados pela empresa. Este raciocínio é consistente ao objetivo básico do investidor que deseja preservar e incrementar o valor monetário de seu capital independentemente dos ativos aplicados. A contabilidade tradicional tem adotado este conceito.

2.3.2 - Manutenção do Capital Físico ou Operacional

Neste conceito, admite-se que o patrimônio da empresa é quantificado em termos de uma capacidade de operação, medida através do conjunto de bens, mensurados à data da avaliação. O Lucro ocorrerá quando o Patrimônio Líquido final for superior ao valor dos ativos integrantes da capacidade física inicial. Este conceito procura ser coerente com o raciocínio que a empresa permanece em atividade devendo, para tanto, efetuar a reposição dos seus ativos.

Analisando-se do ponto de vista do investidor, este poderá ter a intenção de manter o poder de compra considerando outros ativos não vinculados à atividade da empresa, desde que equivalentes ao valor inicial. O lucro será a parcela excedente à manutenção do ativo considerado.

2.4 - Determinação Prática do Capital Inicial

Um aspecto fundamental para a adequação do cálculo, consiste na determinação precisa deste item.

A aplicação deste conceito deve considerar a intenção dos acionistas, a forma de capitalização (bens ou dinheiro) e o grau de controlabilidade das decisões por parte dos gestores.

A intenção do acionista refere-se ao seu objetivo de como pretende ter mantido o seu capital. Se este pretende manter o valor, por exemplo em dólares, o conceito de capital deverá considerar tal fato. Se o acionista visa manter o poder de adquirir determinados bens vinculados a atividade da empresa, este fator deve se constituir na base de avaliação do capital.

Em relação ao gestor, deve ser considerada a forma de capitalização, seu grau de utilização e a sua liberdade de gestão.

Por exemplo, se a empresa é iniciada com um investimento monetário e o gestor decide pela aplicação dos Recursos, o mais justo deve ser considerar a manutenção do Capital Monetário. Se entretanto o capital é constituído por ativos cujo poder de compra deve ser mantido é fundamental aplicar-se o conceito de Capital Físico.

3. A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS RELACIONADA À MANUTENÇÃO DO CAPITAL DA EMPRESA

Uma empresa, no horizonte do tempo, mesmo que não tenha alterado, nem em parte, sua atividade, deve ter como objetivo a manutenção do capital em termos monetários corrigidos.

A Contabilidade, porém, tem a responsabilidade de apurar o resultado a cada período da existência da empresa, ocorrendo, também, com esta mesma frequência a decisão quanto a destinação do resultado, se este for positivo. E para a tomada desta decisão, admitindo-se que a empresa esteja em continuidade e não tenha intenção de se afastar da atividade básica no momento, o lucro só deverá ser considerado possível de distribuição após haver a manutenção da Capacidade Física da empresa. Dessa forma, esta irá se constituir um limite e o lucro só poderá ser distribuído na parcela excedente a esta.

Este raciocínio prevalece quando o valor da capacidade física a ser mantida for superior ao capital monetário corrigido. Se for inferior a este, a análise deve ser realizada com cautela, predominando o valor relativo ao capital monetário corrigido. A distribuição do lucro acima do capital em termos monetários corrigidos iria representar uma restituição do capital investido. A compatibilização dos dois conceitos faz-se, destarte, necessária, não devendo haver o enfoque exclusivo no conceito de capital em termos físicos.

Uma outra questão necessária de ser abordada consiste na distinção entre o conceito de manutenção da Capacidade Física e os aspectos de Expansão e Contratação da Capacidade. O lucro que deve ser calculado para distribuição deve ser correspondente à parcela que pode ser distribuída, desde que se tenha ao término do período, o que se tinha no início.

Se a empresa pretende ampliar o número de seus ativos ou efetuar a reposição dos ativos por outros de qualidade superior irá haver um acréscimo da capacidade em relação à existente no início, ou seja, uma Expansão da Capacidade. Esta pode ser financiada através da retenção de uma parcela do lucro ou por outras formas, como Financiamento de Terceiros ou novas subscrições de Capital. Na retenção do lucro haverá a conservação de uma parcela que não tem necessidade de ser mantida para a preservação do Capital físico inicial.

Se a empresa pretende reduzir a sua capacidade ou efetuar a reposição dos ativos por outros de qualidade inferior, irá haver uma concentração da capacidade devendo ser observada a questão da manutenção do Capital monetário corrigido.

Esta análise deve ser conjugada com o Conceito de Custo de Oportunidade.

4. LUCRO COMO EXCESSO AO CUSTO DE OPORTUNIDADE

Quando falamos em incremento patrimonial gerado pelos lucros oriundos da operação de uma empresa, devemos considerar o conceito de Custo de Oportunidade.

O retorno sobre o valor investido pelo acionista em uma empresa deve ser calculado mantendo-se o capital físico ou monetário, comparado com o lucro descontado da remuneração sacrificada quando se optou por investir na empresa em detrimento de outro investimento igualmente válido.

5. REGIME DE COMPETÊNCIA X FLUXO DE CAIXA

Demonstrações Contábeis e Fluxo de Caixa não são alternativos, mas sim complementos.

O regime de competência é a distribuição lógica e racional, ao longo do tempo, do Fluxo de Caixa da Empresa.

A mensuração do acréscimo patrimonial independe da geração de caixa. Este aspecto é imprescindível para a utilização do lucro para pagamentos de dividendos e/ou participações.

No processo de reconhecimento do lucro é necessário a Disponibilidade Virtual da Receita, ou seja, a capacidade de transformá-lo em dinheiro. Uma análise complementar consiste na Conciliação dos Fluxos de Resultado e Caixa.

6. APURAÇÃO DO LUCRO ATUALMENTE NO BRASIL - LIMITAÇÕES

A apuração do lucro de uma empresa depende diretamente do método de Avaliação Patrimonial utilizado.

No Brasil o Custo Histórico corrigido monetariamente é aplicado através de duas metodologias (Legislação Societária e Correção Monetária Integral). A Reavaliação constitui um dispositivo opcional que porém é utilizado de forma desordenada.

O método, com um alto índice de inflação, que permite a melhor Avaliação Patrimonial de uma empresa, é o Método da Correção Monetária Integral, que propicia a uniformidade do padrão monetário utilizado.

Este método, embora permita uma grande melhoria na capacidade informativa das Demonstrações Contábeis é influenciado pela defasagem entre os índices que mensuram a perda de poder aquisitivo da moeda.

Outras limitações decorrem da deficiência das práticas contábeis que são influenciadas por interesses fiscais sendo também predominante a forma jurídica sobre a essência econômica.

7. AVALIAÇÃO CONSIDERANDO O DÓLAR

A diferença entre os indexadores dificulta a noção de grandeza dos valores envolvidos em uma transação. Desta forma, tem sido amplamente utilizado o dólar como medida para avaliação patrimonial, pois os usuários desta informação têm sensibilidade do montante mensurado por esta moeda.

Embora o uso do dólar possua vantagens quanto a sua utilização, este também possui limitações pois é passível de manipulação. Porém, a manipulação da referida moeda é bastante inferior ao que se observa nos demais índices.

É importante também ressaltar que o dólar não se constitui uma unidade de medida constante pois este sofre o efeito da inflação norte-americana.

8. OUTROS FATORES A SEREM PONDERADOS

Quando falamos nos benefícios que uma empresa pode gerar aos acionistas, consideramos os lucros futuros a serem obtidos.

Porém, outros benefícios devem ser ponderados, pois podem justificar a existência ou não de uma empresa, como por exemplo:

Benefícios políticos - estes podem ser fundamentais para a projeção pessoal do acionista ou do Grupo como um todo.

Apoio a outras empresas do Grupo - Este benefício pode justificar a manutenção de uma empresa deficitária, pois esta ao ser analisada no conjunto com as demais propicia um incremento patrimonial ao Grupo superior à hipótese da sua não existência. Esta hipótese abrangeria inclusive a estratégia de Planejamento Tributário.

É importante haver a conscientização de que o Lucro Contábil não se constitui o único indicador de sucesso de uma empresa. É preciso introduzir no sistema de mensuração outras variáveis como por exemplo, Inovações Tecnológicas, Qualidade dos Produtos, satisfação da clientela e treinamento de empregados.

9. CONCLUSÕES

O Lucro de uma empresa corresponde ao *acréscimo obtido* em relação ao Capital Inicial Investido.

As diversas abordagens de avaliação do Patrimônio Líquido atual e inicial devem ser aplicadas considerando o *objetivo da análise*, sendo ponderado ainda a relação Custo X Benefício, visando otimizar a tríade Utilidade, Praticabilidade e Objetividade.

As Demonstrações Contábeis elaboradas hoje no Brasil, infelizmente, não geram as informações precisas. Este fato decorre de influências externas e do não cumprimento dos Princípios Contábeis em sua essência. Entretanto, a Ciência Contábil possui todos os atributos que permitem evidenciar a realidade da empresa, abrangendo inclusive os seus resultados.

A utilização de critérios mais corretos constitui um parâmetro mais justo para avaliação dos tomadores da decisão de investimento e dos gestores a quem são conferidos os recursos.

* Doutor e Mestre em Contabilidade pela USP. Professor do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis FAF/UERJ
** Mestre em Ciências Contábeis FGV